



INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
 - um caderno de questões das provas objetiva e discursiva contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta, e 2 (duas) questões discursivas;
 - uma folha de respostas personalizada da prova objetiva; e
 - duas folhas de texto definitivo da prova discursiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

É tão arriscado acreditar...

- Verifique se estão corretas a numeração das questões e a paginação do caderno de questões, bem como a codificação da folha de respostas da prova objetiva e das folhas de texto definitivo da prova discursiva.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer as provas objetiva e discursiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a leitura das instruções, a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento das folhas de texto definitivo da prova discursiva.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva, as folhas de texto definitivo da prova discursiva e o caderno de provas, bem como retirar-se da sala.
- Somente será permitido levar o caderno de questões das provas objetiva e discursiva 3 (três) horas após o início da prova.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas da prova objetiva, devidamente assinada, e as folhas de texto definitivo da prova discursiva.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva e nas folhas de texto definitivo da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva e as folhas de texto definitivo da prova discursiva não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas e os textos definitivos da prova discursiva para as folhas de texto definitivo.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS Questões de 1 a 20

LÍNGUA PORTUGUESA Questões de 1 a 8

Texto 1 para responder às questões de 1 a 3.

O Mato Grosso do Sul e sua arquitetura

1 A arquitetura histórica presente em Corumbá e
 2 Miranda é de grande valor para a região e para o País.
 3 Corumbá, localizada às margens do Rio Paraguai e capital
 4 do Pantanal, é uma cidade que foi quase destruída com a
 5 Guerra do Paraguai, tendo parte de suas edificações e de
 6 seu traçado urbano tombada como patrimônio da União
 7 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
 8 (Iphan) há 30 anos. Os casarões do século 19,
 9 também presentes no sítio, retratam um período de imensa
 10 riqueza econômica, com a importação de produtos
 11 da Europa que chegavam pela Bacia do Prata.
 12 Em Miranda, o processo de tombamento federal de algumas
 13 edificações importantes já está encaminhado. Foram,
 14 entretanto, os ciclos do gado e da ferrovia Noroeste do
 15 Brasil que trouxeram o desenvolvimento e a integração para
 16 Mato Grosso do Sul (MS). Fazendas rurais e sua arquitetura
 17 tipicamente mineira fundem-se com o estilo eclético dos
 18 edifícios ferroviários – estações, rotundas, residências e
 19 armazéns, desenhando o mosaico da arquitetura histórica do
 20 estado. Com a ferrovia, vieram os construtores, os materiais
 21 e os novos estilos arquitetônicos em voga nas cidades mais
 22 importantes do País e do mundo e, assim, os casarões, os
 23 edifícios comerciais e os novos prédios institucionais
 24 começam a ser erguidos. Técnicas de ornamentação e
 25 elementos de revestimento impregnaram as edificações que
 26 foram sendo erguidas no final do século 19 e início do
 27 século 20. Novas cidades surgem no cenário geográfico
 28 como municípios dotados com a presença de importantes
 29 edifícios em estilo eclético e *art déco*. Todo esse
 30 patrimônio é desconhecido do povo brasileiro, que tem
 31 referências sobre MS pelas belezas naturais de Bonito ou
 32 por meio das notícias ruins de drogas e contrabando.

Disponível em: <<https://revistacontinente.com.br/edicoes/>>.
 Acesso em: 27 ago. 2021, com adaptações.

QUESTÃO 1

Com base nas informações do texto e nas relações entre elas, assinale a alternativa correta.

- (A) Corumbá e Miranda são cidades tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) por causa de sua arquitetura histórica.
- (B) Em Corumbá e Miranda, os casarões do século 19 e a arquitetura tipicamente mineira, refletem um período de imensa riqueza econômica, com o contrabando de produtos da Europa que chegavam pela Bacia do Prata.
- (C) Em geral, o povo brasileiro ignora as belezas naturais de Mato Grosso do Sul (MS), bem como a própria história e todo o seu patrimônio.
- (D) A arquitetura de MS configurou-se, ao longo de uma história de guerra, de riqueza econômica, bem como de integração com outras culturas, apresentando, hoje, traços ecléticos.

- (E) O estado de MS possui envolvimento com o tráfico de drogas e com o contrabando, o que caracteriza sua cultura ainda mais que as belezas naturais de Bonito.

QUESTÃO 2

Tendo como referência a norma-padrão, as questões gramaticais e os sentidos que envolvem o texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Todo esse patrimônio é desconhecido do povo brasileiro, que tem referências sobre” (linhas de 29 a 31), se houver a substituição de “povo brasileiro” por **brasileiros**, a nova construção será “**Todo esse patrimônio é desconhecido dos brasileiros, os quais têm referências sobre**”.
- (B) O verbo sublinhado na construção “tendo parte de suas edificações e de seu traçado urbano tombada como patrimônio da União pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) há 30 anos.” (linhas de 5 a 8), poderia ser substituído pela forma verbal **fazem**.
- (C) Em “é uma cidade que foi quase destruída com a Guerra do Paraguai” (linhas 4 e 5), poder-se-ia substituir a construção em voz passiva por sua correspondente na voz ativa: **O Paraguai quase destruiu a cidade**.
- (D) Considerando a colocação pronominal, se, no trecho “Fazendas rurais e sua arquitetura tipicamente mineira fundem-se com o” (linhas 16 e 17), caso houvesse o acréscimo de não depois da palavra “mineira”, a próclise seria facultativa.
- (E) No trecho “localizada às margens do Rio Paraguai” (linha 3), a expressão sublinhada poderia ser substituída por **a beira do**.

QUESTÃO 3

Em “Foram, entretanto, os ciclos do gado e da ferrovia Noroeste do Brasil que trouxeram o desenvolvimento e a integração para Mato Grosso do Sul (MS).” (linhas de 13 a 16), “entretanto” poderia ser substituído, sem que isso acarretasse incorreção gramatical e nem alteração de seu sentido original, pela conjunção

- (A) **contanto.**
- (B) **portanto.**
- (C) **contudo.**
- (D) **conquanto.**
- (E) **porquanto.**

Área livre

Texto 2 para responder às questões de 4 a 6.

Iphan restaura o Forte de Coimbra

¹ Iniciou-se, em Mato Grosso do Sul (MS), a recuperação do histórico Forte de Coimbra, localizado no distrito de Coimbra, município de Corumbá/MS. A ⁴ edificação é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), desde 1974, nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e ⁷ Paisagístico.

A ocupação de seu sítio, às margens do rio Paraguai e próximo às fronteiras paraguaia e boliviana, data do último ¹⁰ quarto do século 18 e, assim como seu contemporâneo Forte Real Príncipe da Beira, surge no contexto da fixação de limites entre Portugal e Espanha, que culminou em ¹³ tratados como o de Madrid e o de Santo Ildefonso.

Sucessivamente atacado por guaicurus no final do século 18, por espanhóis em 1801 e por paraguaios em ¹⁶ 1864, o Forte de Coimbra passou por diversas recomposições e adaptações, até uma última reforma pelo Exército Brasileiro em 1908; hoje, em terras oficialmente ¹⁹ brasileiras e mantido pelos militares, suas muralhas são um testemunho daquele período da história brasileira.

Fundamentalmente estão previstos no Forte a ²² execução de serviços de drenagem, iluminação, tratamento de esgoto, pintura e recuperação de soteia e do respectivo madeiramento; além disso, em um âmbito de adaptação ²⁵ para novos usos, também se incluem a instalação de peças para cozinha e sanitários e preparo de espaço para reserva técnica de museu que o Exército Brasileiro mantém nas ²⁸ dependências do Forte. Contemplaram também os critérios de acessibilidade universal, na medida do possível, em se ³⁰ tratando da natureza da edificação.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias>>. Acesso em: 29 ago. 2021, com adaptações.

QUESTÃO 4 _____

No contexto apresentado, os vocábulos “Tombo” (linha 6) e “soteia” (linha 23) significam, respectivamente,

- (A) relação e plataforma.
- (B) inventário e terraço.
- (C) registro e teto.
- (D) diligência e plataforma.
- (E) queda e mirante.

QUESTÃO 5 _____

Conforme as regras de ortografia e de acentuação gráfica vigentes, bem como as questões gramaticais do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O trecho “assim como seu contemporâneo” (linha 10) poderia ser substituído corretamente pela redação **da mesma forma que seu conterrâneo**, pois os vocábulos estão grafados corretamente e mantêm o sentido original do texto.
- (B) Na linha 27, a forma plural do vocábulo “mantém” deve ser acentuada da mesma forma se substituirmos “Exército” por **Forças Armadas**.
- (C) Na linha 21, o vocábulo “Fundamentalmente” poderia ser substituído corretamente pela forma **Básicamente**.

- (D) Na linha 20, as palavras “período” e “história” são acentuadas por causa da presença de ditongos.
- (E) A palavra “espanhóis” (linha 15) está corretamente acentuada porque o ditongo aberto a finaliza, mas, se ele não estivesse nesta posição, a palavra não levaria acento, conforme o Novo Acordo Ortográfico.

QUESTÃO 6 _____

Com relação à estrutura, à organização e à tipologia textual, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo o parágrafo introdutório do texto, a posse do histórico Forte de Coimbra e do Forte Real Príncipe da Beira por portugueses e espanhóis é concomitante e ocorre em meados do século 18.
- (B) O primeiro parágrafo estrutura-se por meio de linguagem injuntiva, pois pretende convencer o leitor de que a restauração do Forte de Coimbra é imprescindível para a memória da arquitetura de Mato Grosso do Sul.
- (C) A seleção vocabular do título e dos três parágrafos compõe organização textual, com introdução, desenvolvimento e conclusão, que apresenta opinião acerca da relevância entre patrimônio, cultura e arquitetura.
- (D) Os três parágrafos são informativos e compõem um texto cujo título sintetiza a intenção de instruir de forma simples e objetiva.
- (E) O segundo parágrafo do texto é narrativo e apresenta a história do Forte de Coimbra.

Área livre

Texto 3 para responder às questões 7 e 8.

Ocupação urbana e degradação ambiental em Campo Grande/MS

1 Campo Grande, desde os seus primórdios, foi pensada
 e projetada para ser uma cidade moderna. Essa modernidade
 é observada desde os primeiros planos de ordenamento
 4 urbano, nos quais se verifica uma preocupação com a
 locomoção, a disposição das quadras, do arruamento, das
 áreas verdes, das áreas de várzeas e de uma série de
 7 regulamentos e diretrizes que norteavam, e ainda norteiam,
 as ações humanas como o uso e a ocupação do solo urbano.
 No entanto, apesar desses regulamentos e dessa ideia de
 10 modernidade, a cidade cresceu expandindo-se por todos os
 lados e ocupando áreas antes proibidas. Várzeas foram
 loteadas, córregos canalizados, áreas verdes desmatadas,
 13 tudo em nome do progresso e de um tipo de modernidade
 que fecha os olhos para as bases naturais em que a cidade
 está inserida e sobre a qual ela se sustenta.
 16 O resultado desse processo são os vários impactos negativos
 que afetam toda a população à custa de vidas destruídas,
 18 perdas financeiras e ambientais.

Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/>>.
 Acesso em: 29 ago. 2021, com adaptações.

QUESTÃO 7

Com base na leitura compreensiva do texto, é correto afirmar que o autor

- (A) considera que a forma moderna como Campo Grande foi pensada e projetada evitou os impactos negativos da modernidade.
- (B) apresenta contradição entre o fato de a cidade ter sido projetada para ser moderna e o seu crescimento desordenado.
- (C) discorda de que o progresso deva considerar mais questões relativas às bases naturais da cidade e menos as relacionadas à economia.
- (D) dirige-se especificamente aos profissionais de arquitetura e urbanismo.
- (E) propõe medidas benéficas em contraposição aos impactos negativos que afetam toda a população e as riquezas naturais de Campo Grande.

QUESTÃO 8

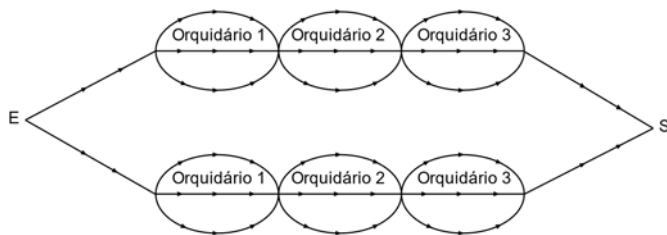
Em “No entanto, apesar desses regulamentos e dessa ideia de modernidade, a cidade cresceu expandindo-se por todos os lados e ocupando áreas antes proibidas.” (linhas de 9 a 11), o uso da vírgula

- (A) é opcional logo após a conjunção “No entanto”.
- (B) é obrigatório apenas depois de “No entanto”.
- (C) seria incorreto se a oração adverbial estivesse no final do período.
- (D) seria viável antes de “No entanto”, desde que a inicial maiúscula fosse adequada à nova redação.
- (E) é obrigatório neste caso por isolar expressão adverbial deslocada.

Área livre

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO
Questões de 9 a 12

QUESTÃO 9



Um urbanista projetou um passeio ao orquidário do Jardim Botânico, de modo que cada visitante deve percorrer um dos lados do orquidário fazendo o caminho indicado pelas setas, sempre no sentido de E para S. De quantas maneiras distintas um visitante pode percorrer o passeio?

- (A) 54
- (B) 27
- (C) 18
- (D) 45
- (E) 36

QUESTÃO 10

Sabe-se que, entre os 20 arquitetos que fazem parte do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), um quarto são homens e três quartos de todos os conselheiros (homens e mulheres) têm mais de 30 anos de idade. Entre as mulheres, um terço tem menos de 30 anos. Quantos homens do CAU/BR têm mais de 30 anos?

- (A) 4
- (B) 2
- (C) 5
- (D) 1
- (E) 3

Área livre

QUESTÃO 11

A Comissão de Ensino e Formação Profissional do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CEF-CAU) é composta por cinco arquitetos, sendo três homens e duas mulheres. Um processo deve ser analisado por dois arquitetos escolhidos aleatoriamente mediante sorteio. Qual é a probabilidade de serem sorteadas as duas mulheres?

- (A) $\frac{1}{10}$
- (B) $\frac{2}{5}$
- (C) $\frac{2}{3}$
- (D) $\frac{3}{10}$
- (E) $\frac{1}{2}$

QUESTÃO 12

A negação da proposição “*Todo arquiteto é urbanista.*” é a seguinte proposição:

- (A) Nenhum arquiteto é urbanista.
- (B) Nenhum urbanista é arquiteto.
- (C) Pelo menos um arquiteto é urbanista.
- (D) Pelo menos um arquiteto não é urbanista.
- (E) Não existe arquiteto urbanista.

Área livre

LEGISLAÇÃO APLICADA AO CAU-MS

Questões de 13 a 16

QUESTÃO 13

Nos termos da Lei Federal nº 12.378/2010, assinale a alternativa que corresponde ao campo de atuação da arquitetura paisagística.

- (A) Concepção e execução de projetos de ambientes.
- (B) Concepção e execução de projetos para espaços externos, livres e abertos, privados ou públicos, como parques e praças, considerados isoladamente ou em sistemas, dentro de várias escalas, inclusive a territorial.
- (C) Práticas de projeto e soluções tecnológicas para reutilização, reabilitação, reconstrução, preservação, conservação, restauro e valorização de edificações, conjuntos e cidades.
- (D) Planejamento físico-territorial, planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional, fundamentados nos sistemas de infraestrutura, saneamento básico e ambiental, sistema viário, sinalização, tráfego e trânsito urbano e rural, acessibilidade, gestão territorial e ambiental, parcelamento do solo, loteamento, desmembramento, remembramento, arruamento, planejamento urbano, plano diretor, traçado de cidades, desenho urbano, sistema viário, tráfego e trânsito urbano e rural, inventário urbano e regional, assentamentos humanos e requalificação em áreas urbanas e rurais.
- (E) Desenvolvimento de estruturas e aplicação tecnológica de estruturas.

QUESTÃO 14

A respeito da prestação de contas, conforme a Lei Federal nº 12.378/2010, assinale a alternativa correta.

- (A) O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAUs) prestarão suas contas ao Tribunal de Contas da União (TCU) com periodicidade anual. Cabe aos respectivos presidentes a responsabilidade de prestá-las. Os CAUs deverão aprová-las previamente pelo plenário e submetê-las ao CAU/BR.
- (B) O CAU/BR prestará suas contas ao TCU e os CAUs ao Tribunal de Contas dos estados onde têm sede, com periodicidade anual. Cabe aos respectivos tesoureiros a responsabilidade de prestá-las e dispensa-se homologação das contas pelo plenário.
- (C) O CAU/BR e os CAUs prestarão suas contas ao TCU com periodicidade semestral. Cabe aos respectivos presidentes a responsabilidade de prestá-las. É prescindível aos CAUs providenciar a aprovação prévia pelo plenário e submetê-las ao CAU/BR.
- (D) Os CAUs prestarão suas contas ao CAU/BR com periodicidade anual. Cabe aos respectivos presidentes a responsabilidade de prestá-las. Os CAUs deverão aprová-las previamente pelo plenário, dispensando homologação.
- (E) Por se tratar de entidade de classe, tanto o CAU/BR como os CAUs são dispensados de prestar contas, salvo os profissionais que dela fazem parte.

QUESTÃO 15

De acordo com Regimento Interno do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul (CAU/MS), no que tange às competências do plenário, assinale a alternativa correta.

- (A) Apreciar e deliberar a respeito de modelo de gestão, segundo os atos normativos do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), e apreciar e deliberar quanto às propostas apresentadas pelas comissões temporárias, no âmbito de sua competência.
- (B) Apreciar e deliberar no que se refere à instituição de Escritórios Descentralizados, na área de sua jurisdição, observando os limites de dotação orçamentária do CAU/MS e os atos normativos do CAU/BR, apreciar, cumprir e fazer cumprir a execução das metas previstas nos planos de ação e orçamento, e acompanhar os resultados alcançados no plano de trabalho das comissões.
- (C) Cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo CAU/MS e apreciar e deliberar a respeito da composição de comissões ordinárias, especiais, se instituídas, temporárias e demais órgãos colegiados.
- (D) Designar conselheiro titular para análise de processo não deliberado por comissões, ou conselho diretor a ser relatado no plenário, e apreciar e deliberar quanto a atos normativos relativos à gestão da estratégia econômico-financeira, da organização e do funcionamento do CAU/MS.
- (E) Apreciar e deliberar acerca da integração do CAU/MS com o Estado e a sociedade, no âmbito de sua jurisdição, e apreciar e deliberar acerca de revisão, sustação ou anulação de atos praticados pelo CAU/MS.

QUESTÃO 16

Considerando as determinações expressas no Regimento Interno, no que concerne aos mandatos dos conselheiros do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul (CAU/MS), é correto afirmar que terão duração de

- (A) dois anos, sendo permitidas reconduções para o mesmo tipo de mandato. A vacância de mandato de conselheiro titular implicará em eleições para recomposição do plenário, e o conselheiro eleito nessa condição apenas completará o mandato em curso.
- (B) dois anos, sendo permitida uma recondução para o mesmo tipo de mandato. A vacância de mandato de conselheiro titular resultará em eleições para recomposição do plenário apenas quando a vacância impedir o funcionamento do CAU/MS, e o conselheiro eleito nessa condição apenas completará o mandato em curso.
- (C) três anos, sendo permitida uma recondução para o mesmo tipo de mandato. A vacância de mandato de conselheiro titular resultará em eleições para recomposição do plenário somente quando a vacância impedir o funcionamento do CAU/MS, e o conselheiro eleito nessa condição apenas completará o mandato em curso.

- (D) três anos, sendo permitidas reconduções para o mesmo tipo de mandato. A vacância do mandato do conselheiro titular implicará em eleições para recomposição do plenário, e o conselheiro eleito nessa condição apenas completará o mandato em curso.
- (E) dois anos, sendo permitidas reconduções para o mesmo tipo de mandato. A vacância de mandato de conselheiro titular resultará em eleições para recomposição do plenário apenas quando a vacância impedir o funcionamento do CAU/MS, e o conselheiro eleito nessa condição gozará do prazo integral de uma legislatura.

Área livre

ATUALIDADES
Questões de 17 a 20

QUESTÃO 17

A população estimada para o estado de Mato Grosso do Sul (MS), no ano de 2020, foi de 2,8 milhões de habitantes. Essa população, em grande parte urbana, é distribuída de forma irregular pelo território. Em relação à urbanização do referido estado, assinale a alternativa correta.

- (A) Campo Grande, a capital estadual, é a maior região metropolitana de MS.
- (B) A urbanização de MS acompanhou a ocupação da divisa agrícola na faixa de fronteira internacional.
- (C) As cidades de Dourados e Aquidauana são os maiores centros urbanos do interior do estado.
- (D) Dos 79 municípios sul-mato-grossenses, a maioria se encontra na categoria de cidades médias.
- (E) A maior cidade de MS é a capital Campo Grande, seguida por Dourados, Três Lagoas, Corumbá e Ponta Porã, as maiores cidades do estado.

QUESTÃO 18

Conforme dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o estado do Mato Grosso do Sul é a sétima unidade da Federação na produção de riqueza gerada pelo agronegócio. Assinale a alternativa que apresenta os principais produtos desse setor no estado.

- (A) Café e fruticultura irrigada.
- (B) Algodão e erva mate.
- (C) Soja e milho.
- (D) Eucalipto e laranja.
- (E) Cana-de-açúcar e mandioca.

QUESTÃO 19

Os arranjos populacionais são o conjunto de cidades que apresentam elementos de integração, como movimentos pendulares para trabalho e estudo ou pela contiguidade da mancha urbanizada. Esses arranjos podem ser formados por duas ou mais cidades dentro de uma mesma unidade da Federação (UF), entre diferentes UF e entre cidades de países distintos. A respeito desse assunto, em Mato Grosso do Sul, são caracterizadas como arranjos populacionais internacionais as cidades de

- (A) Coxim e Aparecida do Taboado.
- (B) Corumbá e Ponta Porã.
- (C) Dourados e Ponta Porã.
- (D) Três Lagoas e Porto Murtinho.
- (E) Corumbá e Jardim.

QUESTÃO 20

O Mato Grosso do Sul detém cerca de 65% do território do Pantanal, um bioma caracterizado por

- (A) dispor de pouca diversidade em razão do regime climático de secas e cheias extremas.
- (B) ser drenado pelas bacias hidrográficas dos rios Paraguai e Paraná.
- (C) possuir uma forte capacidade de regeneração, o que denota a própria sustentabilidade.
- (D) ser uma planície aluvial distribuída pelos territórios dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e dos países sul-americanos Paraguai e Bolívia.
- (E) apresentar um ecossistema que ocorre apenas no território brasileiro.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Questões de 21 a 50

QUESTÃO 21

João foi contratado por uma empresa (prestadora) para laborar como zelador, atuando para uma sociedade de economia mista federal (tomadora). Ao final do contrato de trabalho, João ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa que o contratou (prestadora) e em face da sociedade de economia mista federal (tomadora), requerendo o pagamento de horas extras e vales-transporte. O valor total dos pedidos efetuados foi de 15 mil reais. Acerca desse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Considerando o valor dos pedidos efetuados por João, a reclamação deverá se submeter ao rito sumário e, da decisão que vier a ser proferida, não caberá recurso.
- (B) A reclamação irá tramitar pelo rito sumaríssimo.
- (C) A demanda observará o rito ordinário, independentemente do valor do pedido de João, afinal, um dos réus é ente público.
- (D) A reclamação adotará o rito sumário e, da decisão que vier a ser proferida, caberá recurso.
- (E) A reclamação deverá observar o rito ordinário e João, no momento da instrução processual, poderá conduzir, no máximo, três testemunhas.

QUESTÃO 22

Conforme o texto da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros motivos, dispuserem acerca de

- (A) jornada de trabalho, independentemente dos limites constitucionais.
- (B) jornada de trabalho, observados os limites constitucionais, banco de horas bienal, participação nos lucros ou resultados da empresa.
- (C) modalidade de registro de jornada de trabalho, intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de 30 minutos para jornadas superiores a nove horas.
- (D) prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho, banco de horas anual, teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente.
- (E) prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo, modalidade de registro de jornada de trabalho, não podendo haver qualquer pacto referente à jornada de trabalho.

Área livre

QUESTÃO 23

Entende-se como serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens. A respeito do período à disposição do empregador, assinale a alternativa correta.

- (A) Não serão descontadas e nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário, no registro de ponto, não excedentes a cinco minutos, observado o limite máximo de 30 minutos diários.
- (B) Não será considerado tempo à disposição do empregador quando o empregado permanecer na empresa, por escolha própria, buscando proteção pessoal, em caso de insegurança nas vias públicas ou pelas más condições climáticas. Porém, se o empregado permanecer nas dependências da empresa para exercer atividade particular de estudo, será considerado tempo à disposição, ensejando, se for o caso, o pagamento de horas extraordinárias.
- (C) Independentemente de haver ou não a obrigatoriedade, a troca de roupa ou uniforme pelo empregado nas dependências da empresa é sempre considerado tempo à disposição do empregador.
- (D) As atividades particulares de lazer, de higiene pessoal e de alimentação, realizadas pelo empregado dentro das dependências da empresa, são consideradas tempo à disposição do empregador e serão computadas como período extraordinário no que exceder a jornada normal.
- (E) Considera-se à disposição do empregador o tempo necessário ao deslocamento do trabalhador entre a portaria da empresa e o local de trabalho, desde que supere o limite de 10 minutos diários.

QUESTÃO 24

No que se refere ao contrato de emprego, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o término do contrato.
- (B) Os contratos por tempo indeterminado são considerados uma exceção no direito do trabalho, tendo em vista o princípio da continuidade da relação de emprego.
- (C) Quando da contratação por prazo determinado, somente é possível nova contratação entre as mesmas partes em um prazo nunca inferior a dois meses.
- (D) Em nenhuma hipótese o contrato por prazo determinado poderá suceder, dentro de seis meses, a outro contrato por prazo determinado.
- (E) O contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador, caso em que serão devidas por metade todas as verbas trabalhistas.

Área livre

QUESTÃO 25

De acordo com a Constituição Federal, acerca da estrutura da Administração Pública brasileira, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente por lei complementar específica poderá ser criada uma autarquia.
- (B) Empresas públicas necessitam de lei específica para sua criação.
- (C) Lei específica deve criar uma fundação pública.
- (D) Sociedades de economia mista necessitam de lei para autorizar sua criação.
- (E) Lei específica deve definir as áreas de atuação das fundações públicas.

QUESTÃO 26

A Constituição Federal (CF) e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) tratam da responsabilidade civil do Estado e da responsabilização de agentes públicos. Com base nessa legislação, assinale a alternativa correta.

- (A) A CF estabelece responsabilidade regressiva dos agentes públicos em casos de dolo ou erro grosseiro.
- (B) A CF estabelece que somente as pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos a que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- (C) A LINDB prevê a responsabilização pessoal dos agentes públicos em casos de dolo ou erro grosseiro.
- (D) A CF faculta que, diretamente, ou o Estado ou os seus agentes públicos respondam por danos a terceiros.
- (E) A LINDB trata expressamente da responsabilização das pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviços públicos.

QUESTÃO 27

Em conformidade com os preceitos da Lei nº 14.133/2021, a nova Lei de licitações e contratações públicas, assinale a alternativa correta.

- (A) Até dois anos da publicação dessa lei, a Administração poderá optar por aplicá-la, ou continuar aplicando as Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 (Lei do pregão).
- (B) Essa lei foi prevista com período de *vacatio legis*, ou seja, somente poderá ser aplicada a partir de dois anos a contar de sua publicação.
- (C) A partir da publicação dessa lei, a Administração deve aplicar somente seus preceitos, tendo sido revogadas, com sua publicação, as Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002.
- (D) Os órgãos e as entidades da Administração Pública devem aplicar, no período de até dois anos da publicação dessa lei, os preceitos nela contidos ou os dispostos nas Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002; contudo, faculta-se a aplicação imediata dos preceitos daquela, desde que após prévia consulta específica dirigida ao Tribunal de Contas da União.
- (E) Independentemente da aplicação dessa lei ou das Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, os contratos administrativos passam, desde a publicação daquela, a ser por ela regidos.

QUESTÃO 28

Segundo a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, em relação ao desfazimento dos atos administrativos, assinale a alternativa correta

- (A) São requisitos para revogação dos atos administrativos os motivos de conveniência, ilegalidade e oportunidade.
- (B) A anulação e a revogação inserem-se no “poder-dever” da Administração Pública, ou seja, não há discricionariedade administrativa quando de suas análises e decisões de cabimento.
- (C) Não há previsão de direitos adquiridos em face de anulação e de revogação de atos administrativos.
- (D) O direito de a Administração anular seus atos prescreve em cinco anos.
- (E) É prevista expressamente hipótese legal para que a Administração possa ultrapassar o prazo limite fixado para anulação de seus atos administrativos.

QUESTÃO 29

Com base nos termos expressamente previstos na redação vigente da Constituição Federal, é direito dos servidores públicos

- (A) o acúmulo de dois cargos ou empregos de profissionais das áreas da saúde ou da educação, com profissões regulamentadas.
- (B) a garantia de que o servidor público perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo municipal, estadual, distrital ou federal, desde que haja compatibilidade de horários.
- (C) a readaptação de servidor público titular de cargo efetivo para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nessa condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.
- (D) a aposentadoria concedida com a utilização do tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, não acarreta o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.
- (E) a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo, após cinco anos de efetivo exercício ininterrupto.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa que caracteriza o fenômeno da dação em pagamento, previsto no Código Civil, com relação ao direito das obrigações.

- (A) Ocorre a dação em pagamento quando o credor consente em receber prestação diversa daquela que lhe é devida.

- (B) A dação em pagamento acontece quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior.
- (C) Caracteriza-se a dação em pagamento quando duas pessoas são, ao mesmo tempo, credor e devedor uma da outra, de maneira que as duas obrigações se extinguem.
- (D) Ocorre a dação em pagamento quando, na mesma pessoa, confundem-se as qualidades de credor e de devedor.
- (E) Está caracterizada a dação em pagamento quando terceiro paga a dívida alheia, sub-rogando-se nos direitos do credor.

QUESTÃO 31

A respeito da teoria geral dos contratos, de acordo com o Código Civil brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos contratos de adesão, são lícitas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- (B) A herança de pessoa viva pode ser objeto de contrato, desde que ambas as partes sejam maiores e capazes.
- (C) Quando houver, no contrato de adesão, cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao estipulante.
- (D) O direito brasileiro admite a celebração pelas partes de contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas neste Código.
- (E) O princípio da função social dos contratos não tem previsão expressa no Código Civil de 2002.

QUESTÃO 32

No que tange ao sistema de responsabilidade civil adotado pelo Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Em face do caráter individual da responsabilização civil, o empregador não responde civilmente pelos atos praticados por seus empregados e prepostos, ainda que no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
- (B) Na hipótese de responsabilidade civil por homicídio, a indenização abrange, sem excluir outras reparações, o pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família, bem como a prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia.
- (C) O direito brasileiro adota o princípio da reparação integral dos danos, de sorte que a eventual concorrência culposa da vítima para o evento danoso é irrelevante em relação à fixação da indenização devida.
- (D) No direito brasileiro, não é admissível a responsabilidade civil dos incapazes, uma vez que se exige a plena capacidade civil para a compreensão dos atos como requisito de responsabilização.
- (E) O dono ou detentor do animal ressarcirá o dano por este causado, mesmo provada culpa da vítima ou situação de força maior.

Área livre

QUESTÃO 33

Assinale a alternativa correspondente ao instituto jurídico que permite a anulação de um negócio jurídico celebrado por uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, quando se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

- (A) Fraude contra credores
- (B) Coação
- (C) Lesão
- (D) Dolo
- (E) Erro

QUESTÃO 34

De acordo com o Código Civil brasileiro, o prazo prescricional da pretensão relativa ao recebimento de aluguéis de prédios urbanos é de

- (A) 3 anos.
- (B) 1 ano.
- (C) 5 anos.
- (D) 10 anos.
- (E) 4 anos.

QUESTÃO 35

Com base no contrato de prestação de serviços, regulado pelo Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Não haverá remuneração ao prestador, se o serviço for prestado por quem não possua título de habilitação, ou não satisfaça requisitos outros estabelecidos em lei, ainda que o trabalho executado resulte em benefício para o tomador.
- (B) A prestação de serviços ocasionais de natureza civil regula-se precipuamente pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), diante da formação de vínculo empregatício.
- (C) Quando omissa o contrato acerca da remuneração do prestador, presume-se gratuita a contratação, de forma que nada será devido ao prestador.
- (D) É lícito ao prestador de serviços, independentemente da concordância do tomador, transferir a outrem a responsabilidade pela sua execução.
- (E) Toda a espécie de serviço ou trabalho lícito, material ou imaterial, pode ser contratada mediante retribuição.

QUESTÃO 36

Considerando os direitos e os deveres individuais e coletivos previstos no texto constitucional de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- (B) A manifestação do pensamento é livre, sendo permitido o anonimato.

- (C) A liberdade de consciência e de crença pode ser restringida pelo agente público, segundo critérios de conveniência e oportunidade. Quando permitida pelo agente estatal, é assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- (D) Em tempo de paz, a locomoção no território nacional é condicionada pela conveniência e oportunidade do Poder Executivo. Quando autorizado pelo poder público, qualquer pessoa pode, nos termos da lei, entrar, permanecer ou sair do território com seus bens.
- (E) A criação de associações e a de cooperativas dependem de autorização do poder público, conforme estabelecido em lei específica, sendo, inclusive, permitida a interferência estatal em seu funcionamento.

QUESTÃO 37

No que concerne ao Estado Federal e à repartição de competências entre os entes federativos no texto constitucional de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A União, os estados, o Distrito Federal (DF) e os municípios podem estabelecer cultos religiosos ou igrejas de sua preferência, subvencioná-los, embaraçar o funcionamento daqueles que os desagradam ou manter com eles, ou com seus representantes, relações de dependência ou aliança, sobretudo, na forma da lei, para a colaboração de interesse público.
- (B) É vedado à União, aos estados, ao DF e aos municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
- (C) É competência administrativa dos Estados-membros instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- (D) É competência administrativa dos municípios e do DF organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia, inclusive para atuação no âmbito nacional.
- (E) Compete privativamente à União legislar acerca do direito urbanístico, da conservação da natureza, da defesa do solo e de recursos naturais e proteção do meio ambiente.

Área livre

QUESTÃO 38

A respeito da composição e das atribuições dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário no âmbito da Constituição de 1988, é correto afirmar que compete

- (A) exclusivamente ao presidente da República resolver definitivamente tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- (B) exclusivamente ao Poder Judiciário aprovar iniciativas do Poder Executivo, referentes a atividades nucleares.
- (C) privativamente ao Poder Judiciário enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e as propostas de orçamento previstos na Constituição de 1988.
- (D) exclusivamente ao Congresso Nacional zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes.
- (E) ao Poder Judiciário sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.

QUESTÃO 39

No que se refere aos remédios constitucionais previstos na Constituição de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) Qualquer cidadão é parte legítima para propor *habeas corpus* no sentido de anular ato lesivo ao patrimônio público, ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- (B) O mandado de segurança é utilizado para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.
- (C) Partido político com representação no Congresso Nacional é legitimado para impetrar *habeas data* coletivo.
- (D) O *habeas data* será utilizado sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (E) Mandado de segurança é utilizado sempre que a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Área livre

QUESTÃO 40

Em conformidade com o controle de constitucionalidade no contexto da Constituição de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- (B) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzirão eficácia contra as partes do processo e efeito vinculante somente aos demais órgãos do Poder Judiciário.
- (C) O Conselho de Arquitetura e Urbanismo pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade perante o STF.
- (D) O STF poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de maioria simples dos seus membros, após reiteradas decisões concernentes à matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, e também proceder a sua revisão ou a seu cancelamento, na forma estabelecida em lei.
- (E) Partido político com representação no Congresso Nacional pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade perante o STF.

QUESTÃO 41

O Código Penal brasileiro prevê os “Crimes contra a Administração da Justiça” nos artigos a partir do 338 ao 359. Tendo em vista os tipos penais citados nessa lei, se um advogado do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) realizar dolosamente um acordo lesivo em certa ação judicial, na qual defende os interesses do CAU, praticará o crime de

- (A) exercício arbitrário das próprias razões.
- (B) fraude processual.
- (C) patrocínio infiel.
- (D) falso testemunho.
- (E) denúncia caluniosa.

QUESTÃO 42

Suponha que o advogado de determinado conselho profissional confeccione documento inserindo declaração falsa ou diversa da que deveria constar, no intuito de alterar a verdade acerca de fato juridicamente relevante. De acordo com as definições do Código Penal brasileiro, esse advogado incorrerá no crime de

- (A) falsificação de documento público.
- (B) falsidade ideológica.
- (C) uso de documento falso.
- (D) falsificação de documento particular.
- (E) falsidade de atestado médico.

QUESTÃO 43

Entre os crimes listados a seguir, o único que pode ser praticado por particular é o crime de

- (A) corrupção ativa.
- (B) concussão.
- (C) prevaricação.
- (D) corrupção passiva.
- (E) abandono de função.

QUESTÃO 44

Os crimes contra a incolumidade pública estão previstos nos artigos a partir do 250 até o 285 do Código Penal e englobam os crimes de perigo comum, os crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos, bem como os crimes contra a saúde pública. Em relação a esse assunto, suponha que uma pessoa dolosamente provoque a queda de uma enorme estrutura, a qual vai totalmente abaixo. Nesse caso, a ação dessa pessoa configura o crime de

- (A) inundação.
- (B) epidemia.
- (C) explosão.
- (D) desabamento ou desmoronamento.
- (E) incêndio.

QUESTÃO 45

A figura do agente que não pratica a conduta descrita pelo preceito primário da norma penal incriminadora, mas realiza uma atividade secundária que contribui, estimula ou favorece a conduta proibida, não realizando atividade propriamente executiva, configura a participação em sentido estrito. A esse respeito, considere que J. J., J. A. e P. E. ingressem na casa de M. S. para subtrair bens. J. J. apontou sua arma para M. S., enquanto J. A. a amarrou, colocou uma venda em seus olhos e trancou-a no banheiro social. P. E., o mutuqueiro, ficou no carro aguardando a realização da conduta típica para avisar possível presença de terceiros ou, até mesmo, da polícia na rua, bem como para empreenderem fuga de forma mais efetiva. Nesse caso hipotético, é correto afirmar que P. E. foi

- (A) executor.
- (B) autor mediato.
- (C) partícipe.
- (D) autor intelectual.
- (E) autor imoral.

Área livre

QUESTÃO 46

Conforme a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, o recurso cabível contra o ato do juiz de primeiro grau que exclui litisconsorte passivo da lide, com extinção parcial do processo, é o (a)

- (A) recurso extraordinário.
- (B) apelação.
- (C) mandado de segurança.
- (D) agravo retido.
- (E) agravo de instrumento.

QUESTÃO 47

De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, haverá resolução de mérito na sentença quando o juiz

- (A) indeferir a petição inicial.
- (B) homologar a transação entre as partes.
- (C) reconhecer a existência de litispendência.
- (D) acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem.
- (E) homologar a desistência da ação.

QUESTÃO 48

Em relação à produção da prova pericial, no direito processual brasileiro, à luz do Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa correta.

- (A) Mesmo nos casos de autocomposição, o perito é escolhido exclusivamente pelo Juiz.
- (B) Uma vez nomeado pelo juiz, o perito não poderá ser substituído, mesmo se lhe faltar conhecimento técnico ou científico.
- (C) Os quesitos devem ser formulados pelas partes, em atenção ao princípio dispositivo, não sendo admissível que o juiz também os formule.
- (D) Reputando que a matéria não tenha sido suficientemente esclarecida no laudo, é lícito ao juiz determinar a realização de nova perícia sobre o mesmo objeto.
- (E) A partir do início da produção da prova pericial, é vedada às partes apresentar quesitos suplementares, pois, ao protocolar os quesitos, ocorre a preclusão.

Área livre

QUESTÃO 49

Em conformidade com a interpretação realizada pelo Superior Tribunal de Justiça, a respeito do processo de mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- (A) Atos praticados em licitações promovidas por empresa pública não podem ser impugnados por meio de mandado de segurança.
- (B) São cabíveis a condenação e a fixação de honorários de sucumbência na ação de mandado de segurança.
- (C) É cabível a interposição de agravo de instrumento contra decisão de magistrado de primeira instância que indefere ou concede liminar em mandado de segurança.
- (D) É cabível mandado de segurança que tem como pedido autônomo a declaração de inconstitucionalidade de norma.
- (E) Não se admite a aplicação da teoria da encampação, no julgamento do mandado de segurança.

QUESTÃO 50

A respeito das modalidades de assistência e intervenção de terceiros, admitidas pelo direito processual para viabilizar o ingresso de pessoas naturais e jurídicas nas causas cíveis, assinale a alternativa correta.

- (A) A intervenção do *amicus curiae* é admitida perante os tribunais superiores da Federação (Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal). Contudo, ela não é admissível perante o primeiro e o segundo graus de jurisdição, de acordo com o Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015).
- (B) É admissível a assistência, simples ou litisconsorcial, até a prolação de sentença em primeiro grau, não sendo tolerada em segundo grau de jurisdição.
- (C) Uma vez indeferido o requerimento de denunciação da lide pelo magistrado, a parte denunciante perde o direito de regresso, pois ele não poderá ser exercido por meio de ação autônoma.
- (D) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica apenas tem cabimento nas fases de cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial, pois não é admissível na fase de conhecimento.
- (E) Feita a denunciação da lide pelo réu, se o denunciado contestar o pedido formulado pelo autor, uma vez procedente o pedido da ação principal, poderá o autor, se for o caso, requerer o cumprimento da sentença também contra o denunciado, nos limites da condenação deste na ação regressiva.

Área livre

Área livre

PROVA DISCURSIVA

Orientações para a elaboração dos textos da prova discursiva.

- A prova é composta por 2 (duas) questões discursivas.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- As **folhas de texto definitivo** da prova discursiva não poderão ser assinadas, rubricadas e nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova.
- A detecção de qualquer marca identificadora, no espaço destinado à transcrição de texto definitivo, acarretará anulação da prova do candidato.
- As **folhas de texto definitivo** são os únicos documentos válidos para a avaliação da prova discursiva.
- O candidato receberá 2 (duas) folhas de texto definitivo da **prova discursiva**, sendo uma para cada questão. As folhas de texto definitivo indicarão a qual questão pertencem: **Questão 1** ou **Questão 2**. O candidato deverá observar atentamente a correspondência entre questão e folha de texto definitivo, sob pena de ter a sua questão avaliada negativamente.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- A resposta de cada questão deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.
- Inicie, impreterivelmente, o seu texto na linha identificada como número 1 na página inicial da folha de texto definitivo.

QUESTÃO DISCURSIVA - 1

Leia, com atenção, as informações a seguir.

No âmbito federal da fiscalização contábil, financeira e orçamentária das entidades da administração direta e indireta, a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) estabelece que o controle externo é exercido pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU). Também é previsto constitucionalmente que o controle interno seja estruturado em sistema no âmbito próprio de cada um dos Poderes.

Considerando que essas informações têm caráter meramente motivador, com base nas previsões constitucionais, redija um texto dissertativo e (ou) descritivo acerca do referido tema. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) os princípios vinculados ao direito administrativo, explicitamente elencados pela CF/1988, acerca dos controles interno e externo mencionados nas informações apresentadas, elencando-os e definindo-os juridicamente;
- b) a composição do TCU no que tange a seus julgadores, os requisitos para a ocupação desses cargos, e também se há previsão de vinculação desses cargos quanto às suas garantias, às prerrogativas, aos impedimentos, aos vencimentos e às vantagens, com relação a outros cargos públicos; e
- c) as disposições trazidas na CF/1988 a respeito do controle interno no âmbito de cada um dos Poderes.

Área livre

QUESTÃO DISCURSIVA - 2

Leia, com atenção, as informações a seguir.

Suponha que a empresa hipotética “Construções para o Futuro” tenha celebrado, com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de um estado da Federação, um contrato pelo qual se obrigou a edificar a nova sede do conselho. Em troca, foi fixado o preço de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) que o conselho deveria pagar, dividido em 40 mensalidades de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) cada, com a correção monetária com base na variação do IGPM, a contar da data de assinatura. O contrato foi celebrado em outubro de 2018 e previa que a construção estivesse finalizada em, no máximo, 24 meses. Contudo, por razões desconhecidas do conselho, a obra não havia sido concluída em novembro de 2020. Além disso, segundo expertos ouvidos pelo conselho, tendo em vista seu estágio, a obra ainda demandaria pelo menos outros 10 meses para a sua conclusão. Nesse contexto, considerando-se protegido pelo direito, o conselho suspendeu os pagamentos mensais em novembro de 2020. Esse fato gerou insatisfação por parte da construtora, a qual promoveu uma ação de cobrança cumulada com indenização, perante o Foro da Comarca competente. O processo tramitou, desde o início, na forma eletrônica e não houve formação de litisconsórcio. Malgrado a argumentação do conselho, o magistrado que prolatou a sentença de procedência entendeu que a previsão contratual era extremamente clara no sentido de que, pelo prazo de 40 meses, o conselho se obrigara a pagar, mensalmente, a quantia de R\$ 50.000,00. Por conseguinte, condenou o conselho a cumprir o contrato e ainda concedeu indenização a título de danos emergentes e lucros cessantes, convencido pela argumentação da empresa de que outros projetos foram afetados em razão da alegada inadimplência do conselho.

Considerando que o texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo e ou descritivo com base nos dispositivos legais do Código Civil e do Código do Processo Civil. Aborde necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) qual o remédio jurídico processual cabível, se houver;
- b) qual o prazo para a utilização desse remédio, segundo o ordenamento processual; e
- c) quais argumentos poderiam ser apresentados para reverter a sentença, a fim de se buscar a improcedência da ação.

Área livre

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

PROVA APLICADA

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

PROVA APLICADA